

A formação das vilas no Baixo Amazonas: entre imaginários, disputas e confrontos.

La formación de pueblos en la Baja Amazonia: entre imaginarios, disputas y enfrentamientos.

E06_07: Patrimônio ambiental entre memórias e valores.

Estefany Miléo de Couto

Doutoranda FAU-USP, Brasil,
estefany.couto@hotmail.com

Andrea Buchidid Loewen

FAU-USP, Brasil
andrealoewen@usp.br

Resumo: O presente trabalho se debruça sobre a “descoberta” e a ocupação da região compreendida entre os rios Nhamundá e Paru a partir do século XVI, com base nos relatos, documentos de época e na historiografia de referência, buscando demarcar a relação das populações nativas deste território do Baixo Amazonas com os diversos invasores europeus e as ações destes últimos na perspectiva de ocupação daquela porção ainda pouco conhecida do Novo Mundo. O objetivo é lançar luz sobre o modo como as disputas e os confrontos desse processo, associado a um certo imaginário, contribuíram para a formação das atuais cidades de Alenquer, Monte Alegre, Santarém e Óbidos.

Palavras-chave: Amazônia, História, Arquitetura, América portuguesa, Baixo Amazonas.

Resumen: Esta obra examina el descubrimiento y la ocupación de la región entre los ríos Nhamundá y Paru desde el siglo XVI. Basándose en relatos, documentos de la época y referencias históricas, busca demarcar la relación entre las poblaciones nativas de este territorio de la Baja Amazonia y los diversos invasores europeos, así como las acciones de estos últimos en la ocupación de esta porción aún poco conocida del Nuevo Mundo. El objetivo es esclarecer cómo las disputas y enfrentamientos de este proceso, junto con un cierto imaginario, contribuyeron a la formación de las ciudades actuales de Alenquer, Monte Alegre, Santarém y Óbidos.

Palabras-clave: Amazonas, Historia, Arquitectura, América Portuguesa, Bajo Amazonas

Antes de ser Amazônia

Antes da chegada dos europeus nas Américas, a Amazônia era uma região densamente povoada, com civilizações culturalmente diversas, organizadas e complexas, em uma floresta construída e manejada, “rica para a adaptação humana e fonte de inovação da cultura pré-histórica” (Roosevelt, 1992, p. 55). Ao contrário do que se pensava (ou se pensa) sobre a região, não se tratava de uma floresta imaculada e virgem, sem história ou vida (Heckenberger *et al.*, 2004, Rocha *et al.*, 2016); na verdade, a Amazônia já havia sido antropizada há milhares de anos, sendo, portanto, possivelmente o local de origem de “importantes desenvolvimentos culturais das Américas”.

As primeiras civilizações eram grupos nômades, que iniciaram o processo de modificação ambiental através das “ilhas de recursos” entre os período Pleistoceno e início do Holoceno, que juntamente com os sedimentos dos rios e solos arenosos, auxiliaram no desenvolvimento de um local propício para fatura de materiais utilizados em arte rupestre e ceramista, localizado na região conhecido como Baixo Amazonas, sendo, portanto, esses os vestígios considerados os mais belos, sofisticados e antigos feito pelo homem no continente americano (Rocha *et al.*, 2016, p. 396; Roosevelt, 1992, p. 55).

De acordo com Schlanger (1992, p. 92), na região do Baixo Amazonas se encontram locais conhecido como lugares persistentes¹, ou seja, espaços ocupados e reocupados durante milhares de anos pelas mais diversas gerações desses grupos, com o conhecimento de manejo passado de geração a geração. Esse preparo do solo, com fogo e restos vegetais, contribuiu para a permanência desses grupos no território, juntamente com a abundância de recursos locais; contudo, convém lembrar, tal permanência se deveu à junção desses fatores naturais com o contexto cultural em que estavam inseridos (Rocha *et al.*, 2016, p. 396).

Os ambientes ocupados pelo primeiro grupo de nativos indígenas e seus descendentes, demonstram que a região do Baixo Amazonas não foi uma escolha aleatória; na verdade, foi um local definido e conformado ao longo de muitas gerações, um palimpsesto², uma ocupação relacionada à ancestralidade daquele povo em conjunto com os fatores naturais, fauna, flora e bacias hidrográficas, que contribuíram para a formação dos costumes e favoreceram a permanência no local como parte do ecossistema, até a chegada dos europeus.

Assim, os diversos povos indígenas da Amazônia desenvolveram um profundo conhecimento sobre a dinâmica da floresta, através de uma rede existente entre os territórios e a natureza que relacionam a floresta como parte do corpo, uma relação que vai além dos aspectos biológicos, e envolve aspectos cosmopolíticos, ou seja, visões e práticas distintas que podem contribuir para diferentes maneiras de entender e moldar o mundo, revelando como esses grupos se conectaram em uma rede de relações com outras espécies, a floresta, o rio e o seu território (Levis *et al.*, 2024, p. 1231). Nesse processo, foram esses primeiros habitantes os responsáveis pela domesticação do espaço, que ao longo do tempo resultaria na formação da chamada terra “preta de índio”, na produção dos machados de pedra polida e das peças cerâmicas, elementos que constituem os mais antigos sítios arqueológicos da região (Rocha *et al.*, 2016, p. 399). Tais vestígios de terra preta,

¹ Segundo a autora, os lugares persistentes são locais definidos por grande fatura para manter os habitantes por muitas e muitas gerações também conhecidos como “terra preta de índio.”

² De acordo com Stuchi (2010, p. 5) os palimpsestos que um mesmo local ou sítio arqueológico pode ter sido ocupado diversas vezes por sociedades culturalmente diferenciadas através do tempo, ou ainda, de maneiras diferentes pela mesma sociedade durante um determinado período, sendo que ambas as possibilidades podem resultar em conjuntos de materiais arqueológicos diversos e dispostos espacialmente de modo muito complexo.

machados de pedra e peças cerâmicas, e principalmente de urnas funerárias, indicam o intenso uso desse ambiente e confirmam a densidade do povoamento (Rocha *et al.*, 2016, p. 400). Vale destacar que, na região do Baixo Amazonas, é possível encontrar mais de 300 sítios como esses, principalmente onde se construíram as cidades de Alenquer, Monte Alegre, Óbidos e Santarém.

Ainda, a dominação da arte em cerâmica evidencia a complexidade dessa sociedade, já que, de acordo com Roosevelt (1992, p. 55), essa habilidade era comum nos locais conhecidos como “cacicados”, grandes assentamentos indígenas, organizados e sofisticados, instalados em vários pontos ao longo do rio Amazonas, principalmente em Santarém e na ilha do Marajó.

A área da atual cidade de Santarém concentrava um grande grupo ameríndio que se relacionava com os demais através de redes de trocas, comprovadas pelas similaridades estilísticas dos vestígios cerâmicos encontrados em vários núcleos do Baixo Amazonas, principalmente entre aqueles de Monte Alegre e Óbidos, o que aponta a existência de uma “linguagem iconográfica” compartilhada, que apesar de suas diferenças étnicas tinha a “função de agregar pessoas a longas distâncias, como memórias coletivas materializadas na cultura material” (Martins, 2012, p. 175). Apesar dessa rede de trocas “culturais”, é importante lembrar que esses grupos que viviam na bacia do Tapajós possuíam entre si uma diversidade de costumes e de línguas, o que foi evidenciado principalmente pelos relatos dos viajantes no século XIX, que notaram povos falantes de línguas Arek, Tupi, Karib e Jê, apresentando, assim, um verdadeiro mosaico linguístico da região (Rocha *et al.*, 2016, p. 401).

Ainda que os europeus tenham oferecido notícias e relatos do que viam na Amazônia, sua chegada no século XVI gerou um grande impacto na região, não somente em relação à exploração desordenada de recursos naturais, mas, principalmente por contribuir para o desaparecimento de várias etnias indígenas, seja através de invasões e guerras, como também pela transmissão de doenças. De acordo com Denevan (1992, p. 29) cerca de 90% da população ameríndia foi dizimada por doenças contagiosas – como epidemias de varíola, gripe, sarampo e tuberculose – sendo esse acontecimento diversas vezes citado nos relatos de missionários já no século XVIII³.

É em relação a esse quadro que o presente artigo se coloca, buscando compreender como os primeiros habitantes ameríndios se relacionavam e habitam o ambiente que ainda nem se chamava Amazônia, para então analisar os fatores que levaram à transformação desse espaço nas vilas de Santarém, Alenquer, Óbidos e Monte Alegre como importantes fontes para o entendimento sobre a formação da paisagem no interior da Amazônia.

Portanto, para compreender um pouco mais sobre a Amazônia, se faz necessário conhecer os dois lados da história, primeiramente dos grupos nativos, em muito dos casos pelos dados arqueológicos, como foi apresentado, e do outro lado, de como a região foi “pintada” para os europeus e os invasores, entre disputas de relação de poder e soberania entre os impérios, através da cartografia histórica, e nesse contexto “nasce” a Amazônia e o imaginário sobre a região.

A cartografia histórica: o elo entre as disputas e o imaginário

³ Ver Bettendorff (1910, p.46) Antigamente, os portugueses referem-se às diferentes formas de varíola como “bexigas”, por causa das pústulas que se formavam na pele. Os que sobreviviam às formas mais brandas ficavam com o “rosto bexiguento”, por causa das cicatrizes; porém, frequentemente, a doença era letal.

Os mapas que compõem a cartografia histórica sobre a Amazônia, de acordo com Rabelo (2020, p. 2) podem ser compreendidos como exemplares artísticos, principalmente aqueles produzidos no inícios da colonização, no século XVI, em virtude da ausência de critérios técnicos e da própria presença dos cartógrafos propriamente ditos nesses lugares. Tais mapas, de acordo com a interpretação contemporânea, devem ser considerados como parte do conceito de “invenção” das Américas; daí a necessidade de reavaliação das concepções geográficas dos agentes envolvidos e da compreensão da inserção dos mesmos em seu contexto histórico-social para uma análise mais clara dos detalhes do “ato do descobrimento” (O’Gorman, 1992; Harley, 2025).

Nesse contexto, faz-se necessário também a recuperação de alguns aspectos do início do processo de colonização na Amazônia, para uma aproximação mais apropriada de tal noção de “invenção”⁴. De fato, os primeiros a lá chegar foram os espanhóis, que após a parada na América antilhana, seguiram o vislumbre através da suposto paraíso da Prata – no caso se referindo ao Peru – o que impulsionou as explorações no novo território e intensificou a busca por riquezas (Reis, 1993, p. 13).

Também foram os espanhóis os primeiros a adentrar a região amazônica, (Reis, 1993, p. 31), sendo os relatos iniciais aqueles feitos por Vicente Pinzón, que chegou à costa brasileira em janeiro de 1500 e, bordeando-a em direção ao Norte, alcançou a foz do rio Amazonas. Logo após vieram Diego Lepe e Alonso de Ojeda, em 1513. Apesar de não lograr sucesso com suas missões, os ibéricos continuaram suas tentativas de dominação do território amazônico, diferentemente dos portugueses que naquele momento não demonstravam interesse pela região⁵.

Apesar de vários incentivos e financiamentos das coroas ibéricas para essas missões, segundo Gadelha (2002, p. 66), os viajantes desistiram de explorar a região então conhecida como Marañon devido aos frequentes e violentos ataques dos nativos e à dificuldade de navegação, sendo a exploração de minérios no Peru e no Equador mais vantajosa e menos arriscada, o que foi feito inclusive por Pinzon⁶ (Rezende, 2006, p. 32; Meireles Filho, 2009, s/p). Diante disto, os avanços no território amazônico só voltaram a ocorrer com a viagem de Francisco de Orellana, em 1541.

Na busca pela cidade da canela – um dos outros tipos de tesouros desejados pelos europeus –, Orellana partiu de Quito em direção ao Atlântico numa missão à qual se juntou o jesuíta Gaspar de Carvajal, autor de um relato bastante significativo e detalhado da região amazônica. É possível que esses tenham sido os primeiros viajantes a ter contato com nativos da região do Baixo Amazonas, aos quais se referem, a princípio, como as “guerreiras amazonas”. Segundo Porro (1992, p. 188), o território em que se deu o encontro teria sido no baixo curso do Rio Nhamundá e do Rio Tapajós, em uma batalha na qual sofreram ataques por mulheres nativas, “sem seios, fortes e corpulentas”, dando origem à famosa lenda do *Rio das Amazonas*. De acordo com Rabelo (2020, p. 5) a viagem de Orellana faz parte de uma das quatro⁷ etapas sobre a invenção do Rio

⁴ De acordo com Rabelo (2020, p. 3) a invenção do Rio Amazonas segue a interpretação elaborada pelo autor Edmund O’Gorman, como algo intencional e vinculada a interesses políticos.

⁵ Segundo Rezende (2006, p. 33), os portugueses ainda não compreendiam a dimensão territorial do Brasil, imaginavam ser uma ilha que pudesse contribuir para as viagens até às Índias e, portanto, se concentraram inicialmente na exploração e defesa do território litoral, de Salvador ao Rio de Janeiro.

⁶ De acordo com o autor, Pinzon recebeu da Coroa portuguesa incentivos e até documentos de posse de territórios da Amazônia, mas desistiu, pelas dificuldades ao adentrar a região.

⁷ O autor cita em seu artigo que, de acordo com sua análise, a invenção do rio Amazonas se deu em quatro partes históricas dispostas sobre a região, sendo a primeira de 1500 a 1520, a segunda de 1520 a 1542, a terceira de 1545 a 1550 e, a última, de 1560 e 1561.

Amazonas, sendo esta a mais importante, pois, foi usada como identidade da região, como a sugestão do nome e das características geográficas:

“o corpo principal do rio – e os elementos de seu entorno – possuía topônimos que sobrevivem até hoje (caso de Amazonas e rio Negro); sua forma serpenteada oeste/leste consolidou-se e permaneceu nos mapas até meados do século XVII; começaram a ser delineadas as diferenças entre as províncias indígenas atribuídas pelos europeus à região; entre outras características.” (Rabelo, 2020, p. 5)

A viagem de Orellana marcou um novo processo de elaboração cartográfica sobre as Américas. Segundo Rabelo (2020, p. 5), o relato do Frei Carvajal invadiu o imaginário dos cartógrafos, destacando suas características singulares, tais como o formato serpenteado do rio, os topônimos descritos para as possíveis urbes de nativos e os “castelos” que avistaram marcando a localização de aldeias mais populosas, como mostram os mapas elaborados por Sebastián Caboto (1544), Diogo Homem (1558) e Diego Gutiérrez (1560) (figuras 1, 2 e 3). É importante destacar que esses elementos permaneceram na cartografia e na identificação da região até meados do século XVII.



Figura 1: Recorte do Mapa de Sebastián Caboto de 1544. Fonte: Biblioteca Nacional da França. Acesso: 2025.

O mapa de Caboto, de 1544, foi um dos primeiros a utilizar em seu corpo a nomenclatura *Rio de las Amazonas*, de acordo com Rabelo (2020, p. 10). Contudo, convém lembrar que o mapa *Mundi* não possuía informações laterais sobre as Américas, como era de praxe nesses modelos, o que leva a supor que ele foi produzido antes das novas informações de Orellana, ainda por volta de 1541, e que essas novidades foram adicionadas ao longo da imagem, como pode ser observado do nome do rio próximo à foz. (Medina, 1908, p. 59).

Esses dados foram apropriados pelos cartógrafos devido à falta de informações precisas de latitude e longitude, o que tornou necessária a adoção do relato de Orellana como fonte em vários mapas do século XVI, ou seja, a única referência sobre a região de fato era a descrição elaborado por Carvajal, usados principalmente na Casa de Contratação de Sevilha⁸. Essas representações

⁸ A Casa de Contratação de Sevilha era uma junta de cartógrafos a serviço do rei Carlos I, de Castela, que coletou todas as informações das viagens já executadas pela Amazônia e as incorporava nos mapas, desde 1500.

são exemplos do imaginário dos cartógrafos, de sua visão de mundo que definia uma imagem em relação à Amazônia, marcada mais pelas suposições de existência de tribos canibalistas, tal como destacado no mapa de Diogo Homem (figura 01), do que por uma preocupação de “registro fidedigno”.

O mapa de Diogo Homem de 1558 faz parte do atlas elaborado a pedido da rainha Maria I para apresentar seu marido o rei Felipe I com o *Queen Mary Atlas*, apaixonado por cartografia. Essa representação assemelha-se ao Caboto, contudo, se diferencia em alguns detalhes. No rio Amazonas a foz é representada com uma cabeça de serpente ao encontrar o mar, um aumento das de número de casas de civilizações em todo seu percurso, sendo 6 do lado esquerdo e sete do lado direito, igualmente descrito por Orellana. E por fim a representação do canibalismo, algo recorrente em mapas europeus sobre povos ditos como “bárbaros”, essa cena totalmente imaginada que remetem a outras civilizações de estepe asiática. (Rabelo, 2020, p. 14)



Figura 2: The Queen Mary Atlas por Diogo Homem, 1558. Fonte: Biblioteca Nacional da França. Acesso: 2025.

O mapa de Diego Gutiérrez elaborado em 1562, do mesmo grupo de cosmógrafos, tem como objetivo a representação mais detalhada das américas, nomeado inclusive *Americae sive Quarta Orbis Partis Nova et Exactissima Descriptio*, mantendo similaridades sobre o imaginário local, como sereias, monstro marinhos, canibalismo, entre outros. De fato, assim como os demais apresentados, os mapas do século XVI não possuíam uma intenção científica ou de navegação, principalmente de Gutiérrez, como afirma John R. Hérbet⁹, e, embora desenhado em grande escala, foi usado para representar a Amazonia por mais de um século, além de fonte de poder e conhecimento sobre o local.

O propósito do mapa era elaborar apenas se um documento diplomático ou cerimonial, em que fosse possível informar a posse e o controle do território pela Espanha e por Portugal. Além disso, é possível observar no mapa os topônimos referentes aos locais descritos nos relatos de Orellana, como a localização da província das amazonas, o contato com a tribo dos Tapajós, além do rio dos Tapuias, do local da atual cidade de Santarém e da posição do território corresponde à Nueva Andalucia.

⁹ O autor John R. Hérbet trabalha na biblioteca do Congresso de Washington. Geógrafo e historiador, escreveu um artigo no site da Biblioteca Virtual, junto ao mapa de Diego Gutiérrez, com o objetivo de colaborar com a pesquisa. Porém, não há datas e nem publicações no site que pudesse auxiliar na referência. Disponível em: <https://x.gd/UK6a0>. Acesso em: 16 fev. 2025.

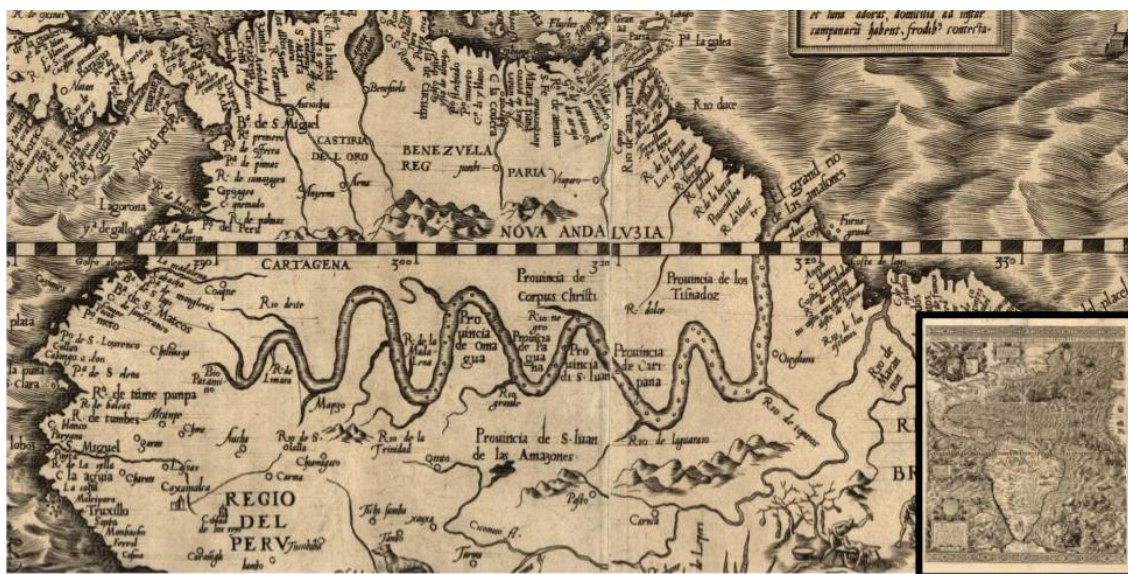


Figura 3: Recorte do *Mapa Mundi* de Diego Gutiérrez de 1560. Fonte: Biblioteca do Congresso Americano. Acesso: 2025.

Portanto, a representação cartográfica demonstra expressivamente o olhar do espanhol sobre os nativos, revelando mais sobre o autor do que sobre os observados, o que não significa que a descrição fosse algo totalmente fantasioso, inverossímil ou errôneo. Na verdade, descreviam o que lhes interessava, ou o que consideravam digno de registro; alteravam o que viam de acordo com seu imaginário, como no caso das guerreiras amazonas, misturando misticismo de matriz greco-romana e um certo “embranquecimento” nos relatos, para romancear sua obra. Contudo, apesar de amplificadas, suas palavras inspiraram novas incursões, além de fixar o topônimo utilizado até hoje para nomear a região (Mattos, 2011, p. 106).

Os mapas elaborados principalmente no período de 1540 a 1550 tiveram um papel importante na construção do caráter da Amazônia. Pautados pelos relatos de Carvajal e Orellana, a “invenção do rio das amazonas” foi moldada pela visão dos cartógrafos e de seus auxiliares, imbricados em um contexto social e histórico que na época em questão era conhecido como renascentista. E nesse contexto, é possível notar que a relação do misticismo grego com a região seria uma tentativa de relacionar o desconhecido e novo com algo mais familiar, assim como o desenho exagerado do rio em sua escala no mapa deve ser interpretada como uma representação do valor dado pelos cartógrafos à navegação, diferentemente da natureza e da fauna, que passam despercebidas nos mapas. (Rabelo, 2020, p. 20)

Esses mapas e relatos da Amazônia se espalharam pela Europa como uma propaganda de um mundo novo e de novas oportunidades, e no século XVII foram usados por outros reinos, inimigos da coroa ibérica, como Ingleses, Holandeses e Franceses, que também almejavam essas conquistas. Todos buscavam tesouros, como o *El dorado* e a cidade de Prata, mas na verdade, conquistaram algo além, a realização de trocas comerciais com os nativos, algo que deu tão certo que chegaram inclusive a estabelecer em pequenos aldeamentos e feitorias na região, antes mesmo dos espanhóis e portugueses. (Guzmán & Hulsman, 2016; Lorimer, 1989; Reis, 1979).

No mapa abaixo (figura 04) elaborado pelo cartógrafo português João Teixeira Albernaz, em 1630¹⁰, estão demarcados o local de fortes e aldeamentos dos invasores Holandeses e Ingleses na

¹⁰ No mapa, Albernaz representa a destruição dos fortes dos invasores, mas também define nitidamente a posição dos mesmos e a quem pertenciam. João Albernaz participava da frota de Pedro Texeira na busca pelos resgastes indígenas e na expulsão dos invasores.

região do Baixo Amazonas (circulados em vermelho), e descrito em detalhes, no próprio mapa, o incêndio de um forte no rio Gurupatuba, onde hoje está a cidade de Monte Alegre. Esse e outros fortes batavos existiram na Amazônia, pois, diferentemente dos ibéricos, os holandeses mantinham uma relação amigável e de coexistência com os nativos. (Guzmán, 2016, p. 23; Rezende, 2006, p. 44).

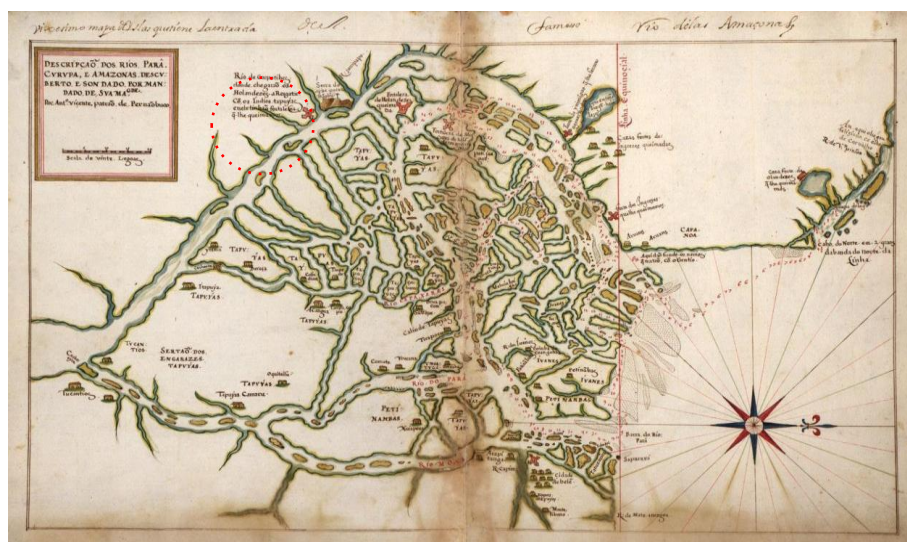


Figura 4: Mapa da localização das fortalezas inglesas e holandesas em 1630. Fonte: Biblioteca do Congresso Americano. Acesso: 2025.

Além da parceria comercial, os holandeses promoviam ainda outras “trocas culturais” com os nativos, levando alguns deles aos Países Baixos com o objetivo de aprender sobre aquele povo e seus costumes, mas também de modo a consolidar os laços comerciais e sua estadia na região¹¹.

No século XVI, a ocupação do território amazônico já era intensa, de acordo com o manuscrito do jesuíta Alonso Rojas (*Apud MELO-LEITÃO, 1941, p. 23*), que descreve: “*Desde las orillas del mar, hasta las tierras de Quito por una y otra parte son innumerables las Provincias que hay que por ser tantas y no haberse los nombres de todas no se ponen aqui*”¹². O tripulante relata em seu manuscrito a existência de uma quantidade de assentamentos ao longo do rio até o delta amazônico, tanto de nativos que já povoavam a região, quanto de europeus (figura 3), principalmente ingleses e holandeses, em meio a uma exploração agrícola sistemática de vários tipos de culturas, como: madeira, goma, óleos, tabaco, cana e algodão (Rezende, 2006, p. 46).

No mapa (figura 4) elaborado por Bento da Costa, piloto da expedição de Pedro Teixeira, em 1639, o Rio Amazonas está representado desde a sua foz até Quito, onde estão indicados, ao longo de seu percurso, vários trechos aldeados, com destaque para a aglomeração próxima ao rio Gurupatuba, que, de acordo com as descrições, era formada por aldeias compostas por diferentes povos indígenas, com numerosos e habilidosos nativos, principalmente nas produções agrícolas de várzeas.

¹¹ Segundo os autores Guzmán (2016, p.30) e Hulsman (2010, p. 67), essa “troca cultural” ocorreu com um indígena conhecido como “Jan” que atuava como pacificador entre nativos e europeus, e com isso sua ida à Holanda serviria para estreitar os laços comerciais e culturais. Contudo, o autor cita que essa “troca” foi solicitada pelo próprio nativo, e se caso algo acontecesse com ele e seu retorno o negócio comercial seria encerrado.

¹² Trecho da carta manuscrita do jesuíta Alonso Rojas para o Rei da Espanha notificando sobre a descoberta do Rio das Amazonas na expedição de Pedro Teixeira, em 1639.

Além disto, no mapa de Costa (figura 4), destacam-se os vários braços de rios e as ilhas espalhadas por toda a extensão do rio Amazonas, mesmo que ainda sem os respectivos nomes, pois, como descreve Rojas, ainda não eram locais amplamente conhecidos, evidenciando, assim, a imensidão da região, que permanecia, em grande parte, inexplorada naquele período. O relato de Rojas faz parte dos textos transcritos pelos viajantes que acompanharam a expedição de Pedro Teixeira, em 1639, como o religioso Cristóvão Acunã, que descreve a tentativa de dominação do território, inclusive dos “omágua”¹³ que reinavam na região conhecida como médio-amazonas. Além disso, nessa época, a expedição também percebeu a importante localização do estreito, onde atualmente está localizada a cidade de Óbidos, indicando a construção de um forte. “O ponto mais estreito onde este rio recolhe as suas águas, tem meia légua,[...] se pudesse fabricar uma fortaleza, em sítio que impeça a passagem a qualquer armada inimiga” (Carvajal, Rojas e Acunã, *Apud* MELLO-LEITÃO, , 1941, p. 93).

Apartir do século XVII a cartografia sobre a região se transformou, além de divulgar o mundo novo, agora em representar o território conquistado, como mostra os mapas Texeira e Bento da Costa (figura 4 e 5). Esses mapas foram elaborados para representar o avanço das coroas ibéricas em dominar o território amazônico, tanto dos invasores, quanto dos nativos, como evidenciado no próprio desenho a destruição dos aldeamentos e fortes e destacando os símbolos e feitos da coroa portuguesa.

Os portugueses e espanhóis buscaram restabelecer o seu domínio no território amazônico para conter os avanços dos seus ditos inimigos, o que só veio a ocorrer no século XVII, com a conquista do Maranhão, ainda que com considerável atraso. Esse contexto favoreceu os invasores, principalmente os holandeses, ao consolidarem uma relação social e econômica estável com os povos nativos, o que, por sua vez, complicou as tentativas posteriores dos lusitanos e espanhóis de estabelecer uma interação harmoniosa na região.

¹³ Segundo a autora Martins (2007, p. 8), os Omáguas correspondiam a um povo indígena que dominava o território próximo à cidade de Tefé, atual estado do Amazonas, e que causaram espanto aos viajantes de Teixeira, pelo número e “organização econômica”.

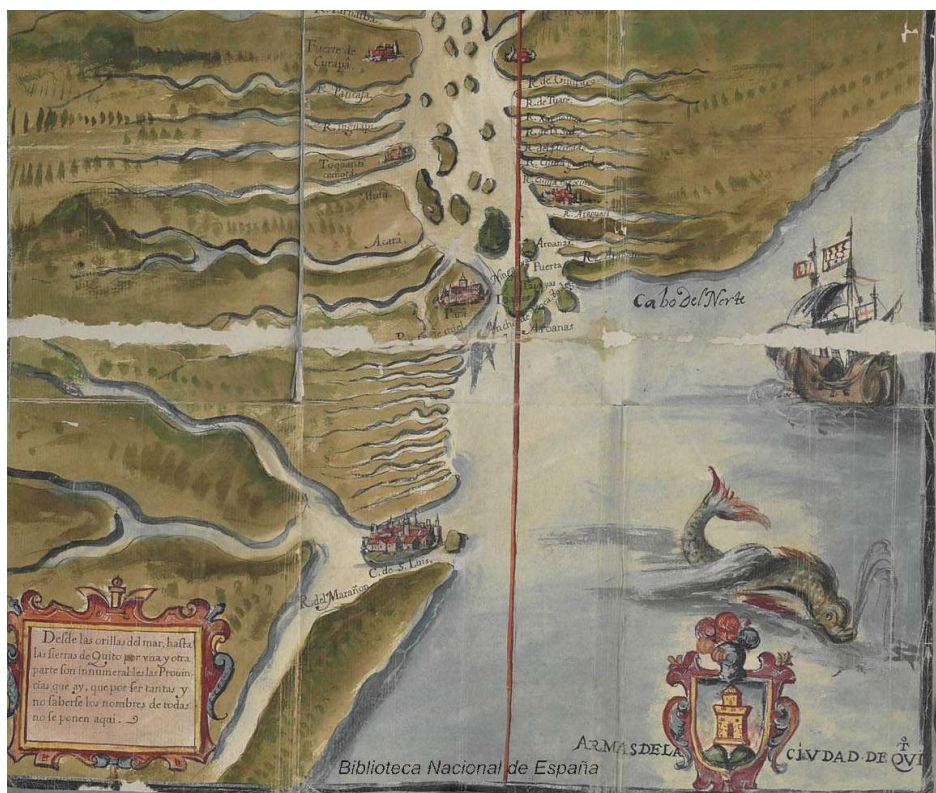


Figura 5: Recorte do Mapa da Bacia do Amazonas elaborado por Bento da Costa (1638-1639). Fonte: Biblioteca Nacional da Espanha. Acesso: 2025.

A união das Coroas Ibéricas foi uma oportunidade que possibilitou a diminuição das invasões e das tentativas fracassadas de dominar o espaço amazônico. De acordo com Rezende (2006, p. 49), a partir de 1580, a costa brasileira já estava regida pelo domínio colonial-luso. Dessa maneira, os portugueses avançaram rumo à região norte em 1612, na busca pela retomada daquele território.

A principal dificuldade que os ibéricos encontraram na recuperação do espaço amazônico foi a resistência dos nativos, que se aliaram aos seus inimigos, como ocorreu em 1612 com a fundação da vila de São Luís pelo francês Daniel La Touche. Com ajuda dos tupinambás, o famoso La Ravardiére firmou o domínio francês fundando a “França Equinocial”¹⁴ no delta amazônico.

Diante do avanço dos portugueses no domínio do território amazônico, era crescente a falta de mão-de-obra escravizada para a manutenção das produções agrícolas, o que fomentou a formação das “tropas de resgate”, ou seja, a busca por escravos nativos que, segundo Reis (1979, p. 15), era falsamente tida como libertadora de prisioneiros, mas, na verdade, buscava a escravização dos indígenas.

Em 1626, Pedro Teixeira comandou a primeira tropa de resgate de que se tem registro, subindo o Amazonas até o rio Tapajós, área atualmente compreendida pela cidade de Santarém, juntamente com o missionário franciscano Frei Cristóvão de São José e mais 26 soldados o que, segundo Santos (2019, p. 35), facilitou o contato com os Tapuias que se encontravam em grande número de homens e mulheres. Apesar de não conseguir os escravizados que desejava, Teixeira avançou

¹⁴ Segundo o autor Costa (2005 apud Rezende 2006, p. 50), a proposta desenvolvida por Ravardiére tinha como objetivo construir um espaço de convívio harmonioso entre franceses e os nativos para posterior construção da colônia, firmando o seu domínio até a batalha de Guaxenduba em 1614.

no estabelecimento de um contato “pacífico” com os nativos que, até aquele momento, não havia se dado.

A visita na aldeia dos tapuias causaria espanto aos governantes, pela quantidade de nativos e pela peculiaridade de suas tradições, como descrevem os relatos do cronista Maurício de Heriarte (1874, p. 187), no qual informa o número de 250 mil pessoas vivendo na aldeia, além do costume de se cultuar mulheres como “heroínas”, como é o caso de Maria Moaçara¹⁵, nativa venerada entre os tapuias, com importante participação na história local.

Em 1639, Pedro Teixeira se tornaria um dos pioneiros a percorrer todo o rio Amazonas. De acordo com Rezende (2006, p. 76) e Santos (2019, p. 39), Teixeira foi o maior conhecedor e divulgador da região, principalmente do Baixo Amazonas, pois, acompanhado de cronistas (franciscanos em sua maioria), relatava uma aventura exótica no território como estratégia dos seus feitos e posses, e por fim auxiliava na expansão dos domínios portugueses.

É neste contexto que são fundadas as primeiras missões e posteriormente as vilas no interior da Amazônia, em meio a invasões e confrontos entre europeus e povos locais. Aos poucos, os portugueses vitoriosos se estabeleceram no espaço das aldeias então existentes, as quais, antes numerosas e complexas¹⁶, foram aos poucos desaparecendo para dar lugar ao novo Império luso.

Tal cenário corresponde à formação de várias vilas paraenses, principalmente na região delimitada entre os rios Nhamundá e Paru, considerada uma das mais antigas do Brasil, palco de grande parte da história de disputa e conquista da Amazônia e ponto no qual se desenvolve o interesse da pesquisa, no caso a região conhecida como Baixo Amazonas. Contudo, ainda a ser revelado, principalmente na tese em desenvolvimento, pois, ao encerrar o ciclo de guerras entre europeus, se inicia um novo ciclo de embates, entre missionários, colonos e os nativos escravizados.

Diante disso, o estudo da cartografia histórica juntamente com os vestígios arqueológicos das civilizações passadas colaboram para o entendimento da formação da paisagem histórica das vilas do Baixo Amazonas — Alenquer, Monte Alegre, Óbidos e Santarém — núcleos que passaram por transformações, conflitos e disputas, mas, ainda mantém sua essência ameríndia resiliente em aspectos urbano-sociais.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Antônia Terezinha dos Santos. **Sinopse histórica do Baixo Amazonas**. Belém- PA, Paka-Tatu, 2022.

BETTENDORF, Pe. João Felipe. **Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão**. Brasília: Senado do Brasil, 2010. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/568038/000971434_Cronica_missao_padres_Companhia_Jesus_Maranhao.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

¹⁵ Segundo o autor João Felipe Bettendorff, Maria Moaçara era uma indígena fruto de um relacionamento entre uma nativa e um português, que assumiu um papel de liderança entre os Tapuias, instaurando um sistema de matriarcado na região. Era considerada um tipo de realeza entre os nativos da região.

¹⁶ Segundo os relatos dos primeiros viajantes, tal como Carvajal, Cristóvão Acunã e Alonso de Rojas, traduzidos pelo autor Melo de Leitão (1941, p. 15), o Rio Amazonas era densamente povoado, com diferentes povos e distintos costumes, que se encontravam em constantes conflitos, sendo hostis a visitantes.

- DENEVAN, William M. “**The pristine myth: the landscape of the Americas in 1492**”. In: **Annals of the Association of American Geographers**, v.82, n°3. Washington, D.C., Association of American, 1992.
- GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. **Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira norte do Brasil**. Estudos Avançados, [S.L.], v. 16, n. 45, p. 63-80, ago. 2002. Fap. UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142002000200005>.
- GUZMÁN, Délcio de Alencar. **Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos/ Délcio de Alencar Guzmán & Lodewijk A.H.C. Hulsman**. Belém: IOE, 2016.
- HECKENBERGER, Michael J.; Kuiku-RO, Afukaka; Kuikuro, Urissapd Tabata; RUSSELL, J. Christian; SCHMIDT, Morgan; Fausto, Carlos; FRANCHETTO, Bruna. 2003. “**Amazonia 1492: pristine forest or cultural parkland?**”. In: *Science*, v.301, n°5640. Washington D.C., American Association for the Advancement of Science, pp. 1710-1714.
- LEVIS, C. et al. **Indigenizing conservation science for a sustainable Amazon**. *Science* (New York, N.Y.), v. 386, n. 6727, p. 1229–1232, 2024. [10.1126/science.adn5616](https://doi.org/10.1126/science.adn5616)
- LORIMER, J. **English and Irish Settlement on the River Amazon, 1550-1646**. [s.l.] London: The Hakluyt Society, 1989.
- MATTOS, Pedro, J.F, de. **Visões do paraíso: as expedições de Francisco de Orelhana e Pedro Teixeira na Amazônia**. Rio de Janeiro: Revista Navigator no 14, 2018.
- MARTINS, C. M. P. **Sobre Contatos E Fronteiras: Um Enfoque Arqueológico**. *Amazônica - Revista de Antropologia*, v. 4, n. 1, p. 150–184, 2012.
- MEDINA, José Toribio . *El Veneciano Sebastián Caboto al servicio de España*. Santiago de Chile: Imprenta y Encuadernación Universitaria, 1908.
- MEIRELLES FILHO, J.C.S. **Grandes expedições à Amazônia Brasileira – 1500 - 1930**. São Paulo: Metalivros, 2009.
- MELO-LEITÃO, C. Descobrimientos do Rio das Amazonas traduzidos e anotados. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/287/1/203%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>
- NEVES, Eduardo, Góes. **A cidade de todos os tempos**. In: *Revista National Geographic Brasil*, pp. 78-90, 2015.
- NUNES, Luis Felipe Clemente. **PRAÇA MANI Paisagens tapajônicas na longa duração de Santarém - Pará**. São Paulo. FAUUSP, 2022.
- O’GORMAN, Edmundo. *La Idea del Descubrimiento de América: historia de esa interpretación y critica de sus fundamentos*. México: Centro de Estudios Filosóficos, 1951.
- PEREIRA, Edithe. **Guia arqueológico do Parque Estadual Monte Alegre / Edithe Pereira, Cristiana Barreto**. – Belém : MPEG : Universidade Federal do Oeste do Pará, 2017.
- PORRO, Antônio. **As Crônicas do rio Amazonas**. Notas Etno-Históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.
- RABELO, L. M. **A Invenção do Rio Amazonas na Cartografia (1540-1560)**. *Terra Brasilis*, n. 14, 2020. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.7443>

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. 2º edição Belém: Civilização Brasileira, 1979.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. São Paulo: USP. 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-123916/pt-br.php>

ROCHA, Bruna C. da; OLIVEIRA, Vinícius H. de. **Floresta Virgem? O longo passado humano da bacia do Tapajós**. In: ALARCON, Daniela Fernandes; MILLIKAN, Brent; TORRES, Mauricio (orgs.). OCEKADI: Hidrelétricas, Conflitos Socioambientais e Resistência na Baciado Tapajós. Brasília, DF: International Rivers Brasil; Santarém, PA: Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016, pp. 395-415.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia Amazônica. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, , 1992, pp. 53-86.

SANTOS, Paulo R. Dos. **Tupaiulândia**: Santarém Pará. 4º edição Santarém: ICBS/OE, 2019.

SHLANGER, S. H., **Recognizing persistent places in Anasazi settlement systems**. In: ROSSIGNOL, J. & WANDSNIDER, L. (eds.), Space, Time, and Archaeological Landscapes. New York, Plenum Press, 1992, pp. 91–112.

STUCHI, Francisco F. **A ocupação da Terra Indígena Kaiabi (MT/ PA): história indígena e etno-arqueologia**. Dissertação de mestrado (Arqueologia). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010.